

## A HISTÓRIA EM SILÊNCIO: O ENSINO DE HISTÓRIA PARA ALUNOS SURDOS EM SANTARÉM-PA

### HISTORY IN SILENCE: TEACHING HISTORY TO HEARING IMPAIRED STUDENTS IN SANTARÉM-PA

### HISTORIA EN SILENCIO: ENSEÑANZA DE LA HISTORIA PARA ESTUDIANTES SORDOS EN SANTARÉM-PA

André Dionei FONSECA<sup>1</sup>  
Hector Renan da Silveira CALIXTO<sup>2</sup>  
Lino Arlem Azevedo BAIA<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo objetiva a investigação do ensino de História para alunos surdos incluídos na escola pública estadual Álvaro Adolfo da Silveira, na cidade de Santarém-PA. Nesse sentido, buscamos especificamente através das práticas investigativas, conhecer as ações e metodologias adotadas pelos professores voltadas ao ensino de História para surdos; refletir sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na sala de aula como primeira língua do aluno; verificar a relação dos professores da sala de aula regular com a sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Dessa forma, procuramos criar novos olhares e significados aos sujeitos surdos, pautados no seu processo de ensino-aprendizagem, em concordância com suas diferenças políticas, culturais e linguísticas. Buscamos aporte teórico em autores como Quadros (1997), Perlin (2002), Lopes (2005, 2007), Seffner, Pereira (2008), Verri, Alegro (2006) e parte das políticas públicas que tratam sobre a Educação Especial e Educação Inclusiva. Como resultado, percebe-se a necessidade de oferta de formação continuada na área da educação inclusiva para que os docentes possam planejar as aulas a partir de estratégias e metodologias de ensino voltadas às diferenças do sujeito surdo, bem como a aproximação AEE para planejamento de tais estratégias. Assim, podemos estabelecer uma equidade no ensino dos sujeitos surdos, principalmente através das práticas do ensino de História por meio do ensino bilíngue na perspectiva da educação inclusiva.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Surdos. Educação Inclusiva.

<sup>1</sup>Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFOPA). Membro do Grupo de Pesquisa HISTEDBR (História, Sociedade e Educação no Brasil) da Universidade Federal do Oeste do Pará/Ufopa. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0220-5117>. E-mail: andredionei@yahoo.com.br.

<sup>2</sup>Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia – Educanorte. Professor de Libras no Programa de Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos (GEPESUR), da Universidade Federal do Pará – UFPA, do Grupo de Pesquisa Letramento Escolar, Cultura e Sociedade, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento humano, Educação e pessoas com deficiência, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4227-6625>. E-mail: hectorscalixto@gmail.com.

<sup>3</sup>Licenciado em História pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Participa como pesquisador no Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Processos Inclusivos - GPEEPI (UFOPA) e integra o Grupo de Pesquisa em Educação de Surdos - GEPES (UFOPA). Atua como Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais no quadro permanente da Ufopa e desenvolve pesquisas na área da Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação de Surdos. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6093-5591>. E-mail: lino.harlem@hotmail.com.

**ABSTRACT:** *This paper aims to investigate the teaching of History for deaf students inserted in the state public school Álvaro Adolfo da Silveira, at Santarém-PA. Therefore, we specifically aim investigative teaching practices, to know the actions and methodologies chosen by the teachers about the teaching of History to the deaf students; think about the use of the Brazilian Sign Language (Libras) in the classroom as the deaf student's first language; to verify the relation of the teachers of the regular classroom with the room of the Specialized Educational Assistance (AEE). Thus, we aim to create new perspectives and meanings for deaf individuals, based on their teaching-learning process, according with their political, cultural and linguistic differences. We use as theoretical support authors such as Quadros (1997), Perlin (2002), Lopes (2005, 2007), Seffner, Pereira (2008), Verri, Alegro (2006) and part of public policies about Special Education and Inclusive Education. As a result, there is a need for providing continuing education in the area of inclusive education so that teachers can plan the lessons based on strategies and teaching methodologies focused on differences in the deaf subject, as well as the AEE approach to planning such strategies. Thus, we can establish equity in the teaching of deaf subjects, mainly through the teaching of History through bilingual education in the perspective of inclusive education.*

**Keywords:** *Teaching of History. Deaf. Inclusive Education.*

**RESUMEN:** *Este artículo tiene como objetivo investigar la enseñanza de la historia para estudiantes sordos incluidos en la escuela pública estatal Álvaro Adolfo da Silveira, en la ciudad de Santarém-PA. En este sentido, buscamos específicamente a través de prácticas de investigación, conocer las acciones y metodologías adoptadas por los docentes para enseñar historia a los sordos; reflexionar sobre el uso del lenguaje de señas brasileño (Libras) en el aula como lengua materna del alumno; verificar la relación de los maestros del aula regular con la sala de Asistencia Educativa Especializada (AEE). Por lo tanto, buscamos crear nuevas miradas y significados para las personas sordas, en función de su proceso de enseñanza-aprendizaje, de acuerdo con sus diferencias políticas, culturales y lingüísticas. Buscamos el apoyo teórico de autores como Quadros (1997), Perlin (2002), Lopes (2005, 2007), Seffner, Pereira (2008), Verri, Alegro (2006) y parte de las políticas públicas relacionadas con la Educación Especial y la Educación Inclusiva. Como resultado, percibimos la necesidad de ofrecer educación continua en el área de la educación inclusiva para que los maestros puedan planificar clases basadas en estrategias y metodologías de enseñanza centradas en las diferencias de las personas sordas, así como el enfoque AEE para planificar tales estrategias. Por lo tanto, podemos establecer una equidad en la enseñanza de los sujetos sordos, principalmente a través de las prácticas de enseñanza de la historia a través de la enseñanza bilingüe desde la perspectiva de la educación inclusiva.*

**Palabras clave:** *Enseñanza de la historia. Sordos. Educación inclusiva.*

## INTRODUÇÃO

O aluno com Necessidades Educacionais Especializadas (NEE), ao entrar na escola regular, já é visto como um aluno que precisa de um atendimento e atenção diferenciados, muita paciência e ajuda de todos os profissionais da escola e dos colegas, isso se dá pelo fato da criação de um processo que reflete uma incapacidade que o afasta

do padrão da normalidade social. Esses fatores contribuem para que esse aluno seja visto como deficiente, por ser matriculado na condição de incluído, o que pode se concretizar no papel inverso da inclusão: a exclusão.

A inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especializadas (NEE) no sistema regular de ensino, atualmente, tem sido uma das questões mais discutidas no contexto educacional do nosso país. Entre esses alunos, estão os sujeitos surdos que apresentam uma diferença, principalmente no aspecto linguístico, pois para o processo educacional destes é necessário o uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras (BRASIL, 2002; 2005).

Durante muito tempo os sujeitos surdos enfrentaram barreiras que os marcaram fortemente e que deixaram sequelas no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento social. Nesse sentido, esses sujeitos passaram a ser marginalizados pela sociedade ouvinte como pessoas sem capacidade cognitiva, de opinião crítica ou contribuição social (PERLIN; STOBEL, 2014). Os estudos voltados para essa temática, que abarcam o processo de ensino e aprendizagem dos surdos, por muito tempo ficaram restritos somente às poucas discussões em congressos voltados para a área educacional, além de algumas produções literárias com autores que demonstravam interesse pela temática, e, na maioria das vezes, que tinham algum membro da família com NEE.

Em tempos recentes, há um grande interesse no âmbito educacional voltado a problematizar questões sobre a educação de surdos, motivados, principalmente, pela legislação em vigor. É prevista uma educação bilíngue para esses sujeitos. Essa abordagem educacional considera aspectos da sociabilidade do surdo enquanto sujeito que pertence a uma comunidade, que tem sua cultura própria, dotado de uma língua e com maneiras específicas de perceber o mundo ao seu redor. As políticas também objetivam garantir acesso igualitário à educação, fundamentado no direito à permanência no sistema educacional de ensino em todos os seus níveis, com desenvolvimento no processo de aquisição do conhecimento, respeitando suas limitações comunicacionais (BRASIL, 1996; 2005; 2015).

Nesse contexto, a linguagem é determinante para produzir significados dentro de uma cultura. Por isso, o ensino dos conteúdos curriculares, entre eles o de História, acessível em Libras nas escolas deve ser a base para que os alunos surdos possam, por meio da Libras, atribuir sentido ao mundo e a criar realidades a partir dos discursos subsidiados pelo uso da linguagem. Nessa discussão a linguagem se torna primordial, já que “estamos sempre e irremediavelmente mergulhados na linguagem e numa cultura,

de modo que aquilo que dizemos sobre elas não está jamais isento delas mesmas” (VIEIGA-NETO, 2005, p. 14).

No campo de debates sobre ensino de História, percebe-se uma lacuna nas discussões voltada ao ensino dessa disciplina para alunos surdos. Diante dessa lacuna, é relevante compreender os aspectos que envolvem a compreensão desses sujeitos dos conceitos históricos, em função da diferença linguística que apresentam. Os professores de História que já atuam não foram preparados para lidar com as diferenças linguísticas dos alunos surdos, que “[...] têm na língua de sinais seu principal recurso simbólico” (VERRI; ALEGRO, 2006, p. 98)

Assim, surgiu a inquietação com respeito às particularidades do ensino de uma disciplina considerada por muitos com conteúdo tão abstrato, levando em conta a seguinte questão: como se efetua a prática de ensino bilíngue de História para alunos surdos do Ensino Médio da Escola Estadual Álvaro Adolfo da Silveira na cidade de Santarém (Pará), após legislações que regulamentam os aspectos desse ensino?

Desta forma, esta pesquisa se desenvolveu por meio de bases qualitativas que busca analisar as experiências e a interação dos alunos surdos matriculados no ensino médio regular, na rede estadual de ensino, com ênfase na disciplina de História. Desse modo, tem-se como objetivo, nesta pesquisa identificar como a escola está cumprindo com as determinações legislativas em vigor para atendimento de alunos surdos no ensino de História.

A pesquisa ocorreu por meio de observação no próprio âmbito escolar e as das vivências através das relações desses alunos com o meio educacional, buscando de forma específica: compreender como se dá o ensino bilíngue de História para construção das referências historiográficas no aluno surdo; e analisar as relações estabelecidas com o aluno surdo por parte dos professores de história que atuam no ensino médio no município de Santarém-PA.

## **HISTÓRIA DOS SURDOS E O ENSINO DE HISTÓRIA**

O ensino de História para os sujeitos surdos precisa levar em consideração a comunidade na qual esse sujeito está inserido e, para além disso, dar ênfase à sua luta política e social na busca de reconhecimento das suas próprias identidades, cultura, e língua, isso está em evidência em sua própria experiência visual de mundo e através do uso das línguas de sinais. O pertencimento social é caracterizado por meio da formação dos grupos pautados em suas diferenças, particularidades, destacando-se que:

A cultura é um campo de produção de significados no qual diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla [...]. A cultura é um campo onde se define não apenas a forma que o mundo deve ter, mas também a forma como as pessoas e os grupos devem ser. A cultura é um jogo de poder (SILVA, 2001, p. 133-134).

A necessidade de entender a cultura do sujeito surdo, diante dos processos educacionais que o incluem no sistema regular de ensino, nos leva a pensar sobre as diferenças e particularidades de cada indivíduo, e como ele recebe de forma positiva ou negativa o ensino em suas distintas modalidades, dando ênfase à produção e consumo de uma cultura que envolve aspectos visuais e falantes de uma língua visual-gestual, que assim como as demais línguas, os fazem experimentar as mais diversas experiências intrínsecas à vida humana.

Diante dessa necessidade de compreender as particularidades da surdez Maura Corcini Lopes (2017) destaca que:

Entender a surdez como um traço cultural não significa retirá-la do corpo, negando seu caráter natural: nem mesmo significa o cultivo de uma condição primeira de não ouvir. Significa aqui pensar dentro de um campo em que os sentidos são construídos em um coletivo que se mantém por aquilo que inscreve sobre a superfície de um corpo (LOPES, p. 16, 2007).

Partimos da ideia de que a sala de aula de ensino de História deve ser o lugar onde os alunos possam ter a apropriação dos conhecimentos históricos e para que isso ocorra é necessário que os docentes estejam munidos de estratégias e metodologias que estimulem discussões e debates sobre o sentido de se estudar História. É necessário que esse ensino consiga atingir os alunos de forma que os leve a relacionar suas próprias experiências através das ações humanas no tempo, como objeto de estudo da História. Esse processo de ensino-aprendizagem vem sendo debatido dentro da teoria da didática da História e da formação da Consciência História que se apresenta como o lugar da aprendizagem histórica (RÜSEN, 2012)

Esse lugar de aprendizagem histórica fará com que os alunos possam compreender os significados das experiências coletivas e individuais e, nesse sentido, desenvolver a sua consciência histórica de forma crítica. Nesse sentido da função da

formação da consciência histórica no aluno, estamos de acordo com a afirmação de Schmidt e Garcia:

Portanto, a consciência histórica tem uma “função prática” de dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade em que eles vivem uma dimensão temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da medição da memória histórica (SCHMIDT; GARCIA, 2005, p. 301).

Destacamos a importância de discutir esse problema na busca de compreender a necessidade de um ensino de História baseado em uma proposta de ensino bilíngue, que busque narrar a surdez a partir de sua diferença cultural, percebendo o sujeito surdo como diferente e não como uma pessoa incapaz, deficiente ou doente. Devemos perceber a surdez como a presença e não como a falta de algo, por esse motivo precisamos problematizar as práticas educacionais em relação à construção cultural e linguística desses sujeitos.

Assim, a pesquisa do ensino de História para alunos surdos, após a aprovação da Lei 10.436 (BRASIL, 2002) e do Decreto 5.626 (BRASIL, 2005), permite abrir caminhos para problematizar os processos pelos quais passou e ainda passa a educação de surdos, nos remetendo ao ensino de História como questão norteadora dessa pesquisa.

Podemos indicar que este trabalho considera o ensino de História em conformidade ao uso da primeira língua dos surdos, associado com a participação dos profissionais da área da educação especial e com os conteúdos de história adaptados para o contexto cultural desses sujeitos.

Através da compreensão desses fatores, poderemos, como profissionais da educação, contribuir para alcançar resultados satisfatórios com base no que se espera do ensino de História para surdos e identificar como eles estão se percebendo como sujeito críticos e formadores de opiniões, capazes de desenvolver sua consciência histórica por meio desse processo de ensino e aprendizagem, assim como por meio de suas próprias experiências.

## **A LEGISLAÇÃO, O SUJEITO SURDO E AS PRÁTICAS SOCIAIS**

A inserção de pessoas surdas na vida social remete a um longo processo histórico. As pessoas que eram taxadas como deficientes estavam fora dos limites do que se considera “normal”. Essa trajetória já é descrita por diversos estudos, entre eles o

de Perlin (2002), que a relata de forma detalhada, não sendo reproduzida aqui por não ser o objeto deste estudo. Atualmente, a educação de surdos no Brasil está amparada nas políticas públicas nacionais que garantem a esses indivíduos o direito à educação em uma perspectiva bilíngue de ensino, tendo a Libras como primeira língua e a língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua.

O caminho da legislação a respeito da Libras e da Educação de surdos pode ser observado na Figura 1, que demonstra as leis e pontos específicos acerca da educação de surdos na perspectiva inclusiva.

Figura 1 – Legislações que tratam da inclusão e ensino de alunos surdos.



Fonte: baseado em BRASIL, 1996; 2002; 2005; 2014; 2015.

Salientamos que o sujeito surdo passa, em tempos recentes, a ser narrado a partir das suas diferenças linguísticas, culturais e políticas e com uma identidade própria que precisa ser respeitada. Esse sujeito passa a ser percebido como sujeito produtor de cultura, que consegue se desenvolver naturalmente por meio de sua própria língua e perceber o mundo ao seu redor através do campo visual.

Nesse aspecto, o ensino de História para alunos surdos, está envolvido no reconhecimento de uma língua própria dessas comunidades reconhecida por lei em território nacional. A partir do enfoque dado pela *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (PNEEPEI) de 2008 (BRASIL, 2008), podemos destacar o sentido de igualdade e equidade que estão estabelecidos como dever dos espaços escolares.

Para que a inclusão dos alunos surdos aconteça é preciso que esses processos de formação de professores realmente se efetivem na prática, para que haja um mútuo apoio entre todos os profissionais envolvidos nessa área. Se assim for feito, os alunos surdos das turmas regulares terão acesso ao conhecimento por meio de sua primeira língua e assim poderão desenvolver a leitura e a escrita, permitindo a compreensão dos fatos históricos e o estabelecimento de paralelos com suas próprias experiências enquanto sujeitos. Assim estimularemos não somente seu senso crítico, mas também a sua consciência histórica, já que, através da Libras, esses alunos poderão atribuir significados às suas vivências, deixando de serem somente codificadores de uma língua escrita para se tornarem educandos questionadores e com maior interação social.

## **O ENSINO DE HISTÓRIA PARA ALUNOS SURDOS PELO OLHAR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: EFEITOS E CONSEQUÊNCIAS**

A educação de surdos precisa ser discutida em diferentes dimensões, como política pública, como diferença cultural e como linguística. Considerando esse grupo como uma minoria linguística, pode-se pensar no acesso a um campo de aprendizagem mais significativo dentro do contexto educacional. O que observamos hoje é que em muitos espaços educacionais os integrantes desse grupo não estão, de fato, sendo incluídos e que não estão participando do processo de transformação social, pois acabam sendo narrados através de um discurso mergulhado em uma espécie de assistencialismo romantizado no qual o surdo figura como o “coitadinho” e o incapaz e, dessa maneira, a educação apenas passa, muito vagamente, pela sua trajetória. Isso causa, em um efeito dominó, um enorme prejuízo que se refletirá nesses sujeitos históricos nas instâncias educacionais, sociais, políticas, culturais, afetivas etc. (SANTANA, 2007).

A principal ferramenta que deve ser utilizada por um docente que se disponha a ensinar História para alunos surdos deve ser a utilização da Libras, por meio desse

caminho o aluno compreende, relaciona e opina sobre os assuntos trabalhados em sala. (LACERDA; SANTOS; CAETANO, 2014).

Quando tratamos das aulas a serem regidas através da Libras, não estamos somente nos referindo de maneira única à utilização da língua pelo professor, mas sim de buscar a interação da língua com metodologias que visem à estimulação visual desses alunos para que eles possam ter um maior rendimento e participação nas aulas (LACERDA; SANTOS; CAETANO, 2014).

Uma aula de História, unicamente factual, não cria a base que esses alunos precisam para relacionar o significado do que está sendo ensinado com o seu cotidiano, causando a desmotivação em querer aprender sobre a importância da História para compreensão do hoje. Como define Seffner e Pereira, a disciplina de História ensinada no Ensino Médio “não tem por função formar historiadores em miniatura, seu compromisso maior não é com o ensino de uma cronologia interminável. Seu compromisso maior é com a problematização do presente dos alunos” (SEFFNER; PEREIRA, 2008, p.177).

### **O surdo: aspectos linguísticos, culturais e sociais**

Consideramos a História como a ação do homem no tempo, e por isso entendemos que o ofício do historiador passa, impreterivelmente, pela busca de fragmentos desse tempo para que possamos traçar possibilidades de interpretação historiográfica do passado. Nesse sentido, os fatos e narrativas históricas são as principais fontes de estudo do historiador, tendo como um dos seus maiores objetivos, desenvolver a consciência histórica do homem sobre a sua presença e participação no tempo, compreendido através de suas experiências. Por esse motivo, compactuamos com o ensino bilíngue de história para alunos surdos, pois é a através da língua que vamos atribuindo os significados às coisas, no sentido em que “a língua conceptualiza o tempo de modo totalmente diferente da reflexão” (BENVENISTE, 1989, p. 70). Dessa forma, deve se dar uma atenção especial para o ensino da História por meio da Libras, pois será por meio dela que os surdos darão sentido as experiências históricas diferente dos sentidos atribuídos na Língua Portuguesa.

Devemos dar o espaço necessário para os sujeitos que, por muito tempo, foram marginalizados pela sociedade, através da inserção desses grupos nos espaços da

pesquisa histórica, e dentro desse grupo temos os surdos que pouco estão inseridos nessa perspectiva de ensino de História, como demonstram Verri e Alegro:

Atualmente verifica-se uma contradição flagrante: enquanto a pesquisa histórica propõe retirar do esquecimento aqueles que não têm tido voz na história oficial, o ensino de História não tem se preparado para as possibilidades inexploradas que a relação com o “outro com necessidades educacionais especiais” pode propiciar no processo de ensino e aprendizagem. É evidente, na formação de professores dessa disciplina, a ausência de suporte para o trabalho com esses estudantes, particularmente com alunos surdos (VERRI; ALEGRO, 2006, p. 98).

A História precisa estar aberta a espaços de debates que envolvam essa pluralidade de grupos sociais e identidades para que, nesse espaço, o sujeito surdo possa desenvolver a construção dos conceitos Históricos através da comunicação em Língua de Sinais.

Hoje, existem diversas garantias legais sobre o processo de ensino dos surdos, após as conquistas dos direitos que foram legitimados na legislação brasileira, que mais tarde foram se fundamentando em políticas, resoluções, decretos e leis, que justificavam a necessidade de uma educação bilíngue aos sujeitos surdos, por meio de sua própria língua.

Nessa linha de raciocínio, podemos compreender que o surdo é um sujeito extremamente visual e que sua língua materna faz parte desse processo de aprendizagem, tornando-se essencial o seu ensino como Língua 1 (L1), para que haja sentido e o aluno possa fazer relação em tudo aquilo que lhe for apresentado e ensinado, bem como para facilitar a aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade escrita como L2 e a abstração de seus conceitos (QUADROS, 1997).

Os surdos são sujeitos visuais e a língua de sinais se insere nesse aspecto espacial visual. Nesse sentido, tudo que envolve elementos dessa comunicação visual, como o contato com objetos, imagens, artefatos históricos associados ao ensino da História por meio da Libras, poderá fazer com que esse aluno tenha um melhor desenvolvimento na aprendizagem e, conseqüentemente, resultará em maior participação nas aulas e interesse em estudar a História e compreender a importância da construção da consciência histórica. Assim, o aluno surdo pode passar a “considerar a sala de aula de História como o lugar onde é possível o debate conceitual sobre os acontecimentos históricos do passado e do presente” (SEFFNER, PEREIRA, 2008, p.174).

Atualmente, com o crescente uso das tecnologias da informação e da comunicação, temos à disposição filmes, programas de TV e seriados que possuem legendas ou janela de intérpretes que atendem a esse público específico. No entanto, esses meios voltados para acessibilizar as informações, muitas vezes, acabam ficando inacessíveis aos surdos por diversos fatores, como, por exemplo, as legendas que seguem a estrutura gramatical do português, deixando a Libras de forma secundária e também, em alguns casos, as legendas que sofrem atrasos ou perdas nas informações que ali se apresentam; o que significa negar ao surdo o acesso às informações por meio da sua primeira língua. Percebemos, também, prejuízos na compreensão dos surdos por consequência das janelas de intérpretes serem pequenas demais, a ponto de os sinais não serem compreendidos com clareza e, em alguns casos, com a gravação acelerada para se ajustar à fala do narrador, bloqueando o acesso à informações dos surdos (NASCIMENTO; SANTOS, 2016).

No que se refere aos métodos avaliativos para alunos surdos, temos como aparato legal o decreto nº 5.626 que determina possibilidades de avaliações adaptadas para os alunos com surdez, o artigo 14 desse decreto enfatiza que essas estratégias devem:

VI – adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII – Desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos; (BRASIL, 2005).

As avaliações por meio da Libras estimulam esses alunos a quererem expressar suas opiniões claramente através de sua própria língua, no entanto, como demonstraremos a seguir, o que percebemos no decorrer desta pesquisa é que as barreiras comunicacionais e a falta de acessibilidade linguística no espaço educacional os impede de desenvolver essa aptidão na disciplina de História, resultando em um desinteresse extremo por essa disciplina.

Diante do que está previsto nas políticas públicas, buscamos compreender os avanços ocorridos nesta área de atuação, em que se percebe a necessidade de formação continuada para os profissionais que atuam diretamente com esse público no dia a dia.

Assim, através do ensino bilíngue teremos um leque de oportunidades para o preparo dos surdos, no sentido de integrá-los à sociedade por meio do desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e linguísticas, mostrando, dessa forma, a grande importância do uso da Libras para a sua comunicação e do português na modalidade escrita para que se possa ter ampla interação com a comunidade ouvinte. A educação de surdos na cidade de Santarém ainda se encontra em um processo de adaptação, em comparação com as diversas realidades observadas no panorama nacional que aos poucos tem caminhado nesse processo de efetivação da educação inclusiva frente à obrigatoriedade prevista por lei (BRASIL, 1996; 2005; 2015).

## CAMINHOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

Nesta pesquisa não pretendemos analisar se o ensino de história para surdos por meio de uma educação inclusiva está sendo benéfico ou não, tampouco afirmar que os conceitos e verdades produzidos nesta pesquisa são únicos. É de fundamental importância compreender que “para um objeto ser pesquisado é preciso que uma mente inquiridora munida de um aparato teórico fecundo, problematize algo de forma a constitui-lo em objeto de investigação” (COSTA, 2007, p.148). A partir disso, se apresentam conceitos centrais que perpassam por toda essa pesquisa como as relações dos sujeitos no contexto inclusivo e as identidades assumidas nesse espaço.

Nesse sentido, podemos ressaltar que este trabalho, ainda que obedeça aos critérios e convenções determinados pela produção científica, não se intenciona em estruturar uma verdade absoluta ou um único modelo de metodologia. Diante disso, objetivamos uma pesquisa flexível, baseada no processo de observação, considerando novos caminhos analíticos de apreensão dos fenômenos sociais. Em concordância com as opiniões de (VEIGA-NETO, 2007, p. 34) quando explica que:

[...] o que nos interessa é problematizar todas as certezas, todas as declarações de princípios. Isso não significa que se passe a viver num mundo sem princípios, em que vale tudo. Isso significa, sim, que tudo aquilo que pensamos tem de ser contínua e permanentemente questionado, revisado e criticado.

De acordo com Costa (2007, p. 148) entendemos que “pesquisar é um processo de criação e não mera constatação. A originalidade da pesquisa está na originalidade do olhar”. O que almejamos foi conhecer a realidade da educação de surdos, mais

especificamente da disciplina de História, no âmbito do Ensino Médio, pois as mudanças são constantes e, para Costa (2007, p.149), “há muitas variadas formas de compreender, explicar e conceber as coisas do mundo e da vida”.

Nesse sentido, “a realidade assume muitas formas, tantas quantas nossos discursos sobre ela forem capazes de compor” (COSTA, 2007, p.148). Sendo assim, ainda podemos afirmar que “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”. (FOUCAULT, 2004, p.12). Diante disso, apresentamos conceitos que possam possibilitar a criação de novas verdades que estejam intrínsecas em uma relação de poder e saber.

De acordo com esse direcionamento teórico-metodológico, nos direcionamos para o campo de observação no ambiente escolar, com o propósito de analisar as relações de ensino-aprendizagem para sujeitos surdos na disciplina de História dentro de um espaço educacional inclusivo, compreendendo a sala regular de ensino e a sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Durante o desenvolvimento desta pesquisa, foram realizadas observações, com registro em diário de campo e um questionário aplicado aos professores da sala de aula regular aos professores do AEE, envolvendo questões sobre o contexto inclusivo escolar e sobre a relação dos alunos surdos com a disciplina de História, bem como a opinião desses profissionais sobre a proposta do ensino bilíngue. Ao todo 05 (cinco) profissionais da educação, que atuam com os alunos na escola Álvaro Adolfo da Silveira, contribuíram para essa pesquisa, conforme demonstrado no Quadro 1, durante o ano de 2018.

Quadro 1 - Perfil dos professores entrevistados

Nome <sup>4</sup>	Local de Atuação	Formação
Raimunda	História	Pedagogia e História
Rita	História	História
Renato	História	História
Regina	AEE	Pedagogia
Roberto	AEE	Matemática

Fonte: elaboração do autor, 2019.

<sup>4</sup> Os nomes foram mudados por uma questão de ética e sigilo quanto à identidade dos entrevistados.

Destacamos, inicialmente, que todos esses profissionais atuam ou estão envolvidos com os alunos surdos, sendo que alguns professores do AEE possuem fluência em Libras. Estavam matriculados na referida escola 9 (nove) alunos surdos no ano de 2018 e as observações foram realizadas no período vespertino, no qual foram encontrados 8 (oito) alunos surdos, distribuídos da seguinte maneira: 3 (três) alunos surdos no primeiro ano do ensino médio, 4 (quatro) no segundo ano do ensino médio e 1 (um) no terceiro ano do ensino médio. Os professores de História que atuam no turno vespertino são 3 (três) e os profissionais que atuam no AEE também são 3 (três). As observações com os alunos ocorreram durante 2 (dois) bimestres durante as aulas de História, o que nos possibilitou notar como se dá a relação desses alunos com os conteúdos da disciplina e a relação dos professores com esses alunos.

A partir das informações coletadas por meio dos questionários e das observações no espaço escolar, organizamos todos os dados e relacionamos os assuntos, para posterior análise específica voltada ao campo da História. A seguir, são apresentadas as discussões dos resultados obtidos durante a pesquisa.

## **PROFESSORES DE HISTÓRIA, E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO BILÍNGUE PARA SURDOS**

De acordo com um direcionamento metodológico qualitativo e de um estudo de caso, voltamos nosso olhar para o campo de observação, nesse caso o ambiente escolar, com o propósito de analisar as relações de ensino-aprendizagem para sujeitos surdos com a disciplina de História dentro de um espaço educacional inclusivo, compreendendo a sala regular de ensino e a sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Foram realizadas observações, com registro em diário de campo e um questionário aplicado aos professores da sala de aula regular aos professores do AEE, envolvendo questões sobre o contexto inclusivo escolar e sobre a relação dos alunos surdos com a disciplina de História, bem como a opinião desses profissionais sobre a proposta do ensino bilíngue. Participaram 05 (cinco) profissionais da educação, que atuam com os alunos surdos em uma escola estadual de ensino fundamental e médio da cidade de Santarém-PA, durante o ano letivo de 2018.

A partir das informações coletadas, organizamos todos os dados e relacionamos os assuntos, para após isso fazermos uma análise mais específica, voltada ao campo da

História. A seguir, são apresentadas as discussões dos resultados obtidos durante a pesquisa.

No Plano Nacional da Educação, podemos perceber um caminhar sobre a Educação de Surdos, no que se refere à educação inclusiva. No entanto, aos olharmos para nosso contexto regional, percebemos que essa educação ainda se encontra em fase de estruturação e construção na cidade de Santarém. As mudanças que percebemos nesse processo é que as análises de relações de saberes e poderes entre a sociedade majoritária ouvinte e os sujeitos surdos estão sendo repensadas, se aprofundando sobre as concepções de quem é esse sujeito surdo em conformidade com os aspectos do ensino bilíngue, pautado nas suas concepções antropológicas, culturais e sociais sobre a surdez (SKLIAR, 1998, p. 07).

A maioria dos professores de História que estão atuando no ensino de alunos com surdez não teve informações ou contato com Libras em sua trajetória acadêmica e, por isso, alguns têm pouco conhecimento sobre essa língua, seus aspectos e importância na educação de surdos. O que percebemos durante as observações na escola, foi que alguns professores desvalorizam a primeira língua dos surdos, excluindo-os totalmente das aulas por meio de práticas e metodologias extremamente inacessíveis a eles. Os professores parecem acreditar que a responsabilidade com os alunos surdos é do AEE. As políticas recentes indicam que esses professores deveriam conhecer sobre a língua desses alunos para que, na condição de educador e professor de História, cumpra com seu papel.

Ainda destacamos as lacunas no conhecimento desses professores no que se refere à comunicação com seus alunos com o auxílio de um intérprete de Libras (que não existia na escola no momento da pesquisa), e dos profissionais do AEE, para que possam criar juntos novas propostas e alternativas inclusivas, cada um exercendo suas funções.

A presença do AEE na escola parece desresponsabilizar os demais profissionais no que se refere à inclusão, fazendo com que os surdos caiam em representações históricas equivocadas e embebidas na visão do assistencialismo social, ou seja, todos os processos inclusivos constituídos dentro da escola estão indo pelo caminho totalmente oposto, ou seja, o da exclusão. A esse respeito, a inclusão é apenas no espaço físico, conforme aponta Lopes (2005, p. 2):

[...] reduz o processo de integração ao simples estar junto em um mesmo espaço físico ou que reduz o estar junto à socialização, é muito mais perversa que o seu outro a exclusão, é uma inclusão excludente. Não quero dizer com isso que a escola não deva proporcionar espaços de socialização, mas ela não pode ser reduzida ao papel de socializadora esquecendo-se da exigência do conhecimento e de outras funções que lhe cabe.

Essa in/exclusão<sup>5</sup> está presente nas próprias atitudes docentes, pois percebemos em diversos momentos, várias metodologias que excluía totalmente os alunos surdos da aula de História. Como exemplo, um dos docentes observados levou para sala de aula vídeo-aulas sobre assuntos relacionados à escravidão, preconceito, homofobia, política, temas de grande valor na construção do conhecimento histórico. No entanto, os vídeos escolhidos pelo docente não possuíam nenhum tipo de legenda ou janela de intérprete de Libras para que os alunos surdos também pudessem ser atingidos com aquelas informações.

O resultado disso foi que, durante a exposição desses filmes, os alunos surdos ficavam conversando entre si sobre assuntos do seu cotidiano e, por várias vezes, pode-se percebê-los sinalizando “aula chata”, “História muito chato”. Enquanto isso ocorria o docente nada fazia para tentar envolver os alunos na temática. Quando essas vídeo-aulas terminavam, geralmente eram provocadas perguntas sobre o tema aos alunos e também era solicitado que eles relacionassem com seu cotidiano o assunto que lhes foi apresentado. Nesses momentos, mais uma vez, os alunos surdos, que nessa turma em específico eram 4 (quatro), ficavam excluídos dessa interação, pois não lhes foi direcionada nenhuma pergunta, e por esse motivo, continuavam a conversar e pareciam achar tudo aquilo muito maçante e extremamente chato.

Em outro momento de observação com outro docente, em uma turma onde havia 3 (três) alunos surdos, pudemos presenciar uma aula “ditada” pelo professor, que aparentemente não estava preocupado com os alunos surdos presentes. A atitude partiu de uma aluna ouvinte que era amiga dos surdos, que se sensibilizou e foi sentar perto deles para que eles pudessem copiar o ditado do caderno dela para o caderno deles. Percebemos, com isso, as dificuldades enfrentadas por esses alunos por não terem acesso a metodologias e avaliações que os envolvessem nesse processo de construção do conhecimento histórico. Em um outro dia, o professor que realizou o “ditado” na

<sup>5</sup> Entre os conceitos mobilizados está o de *in/exclusão*, que surge para mostrar que, embora muitos estejam incluídos nas estatísticas e em alguns espaços físicos, boa parcela dos indivíduos ainda sofre com as práticas de inclusão excludentes. (LOPES; FABRIS, 2013, p. 74)

turma acabou espontaneamente nos dizendo que, durante essa avaliação, ele havia esquecido completamente da presença dos surdos na sala. Com essa atitude, mesmo que involuntária, o professor impossibilitou o acesso desses alunos ao conteúdo da aula, causando prejuízos ao aprendizado e à construção da consciência histórica.

A maioria dos professores que foram submetidos às perguntas do questionário sobre o que achavam da educação bilíngue na escola de ensino regular, reconheceram a sua fundamental importância para a aprendizagem e desenvolvimento dos seus alunos. Uma pergunta realizada aos professores de História foi “o que acha da proposta de educação bilíngue para surdos?”. Ao analisarmos as respostas dos professores, podemos perceber que os professores de História do ensino regular entendem que a educação bilíngue é o melhor caminho para que os surdos consigam se desenvolver e que isso seria muito bom para que a inclusão realmente ocorra. Também percebemos a queixa sobre a falta do profissional Tradutor/Intérprete de Libras (TILS) que pudesse estar intermediando a comunicação dos alunos surdos com os ouvintes.

De acordo com a legislação, o profissional TILS deve realizar a interpretação de duas línguas de forma simultânea ou consecutiva. No artigo 6º da Lei que regulamenta a profissão (BRASIL, 2010), entre as atribuições dessa profissão estão:

II – interpretar, em língua brasileira de sinais – língua portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares (BRASIL, 2010).

A escola não possuía no momento da pesquisa esse profissional, muito embora existam profissionais que também atuem nessa área, mas que na escola pesquisada ocupam outros cargos. O relato de uma professora de outra disciplina, que também atua como intérprete de Libras em outra instituição, mostra muito bem a gravidade desse cenário. Segundo a docente, os surdos chegaram a comentar que, para eles, havia apenas uma única disciplina na escola, que é a disciplina que ela ministra. O fato de essa professora tentar, na medida do possível, acessibilizar o conteúdo de sua disciplina em Libras, fez com que esses alunos desenvolvessem o interesse em querer participar de sua aula.

Dessa forma, pela falta do TILS, os surdos acabam por recorrer aos professores do AEE em busca do mínimo de explicação sobre o conteúdo da disciplina de História. Isso coloca o AEE em uma função de “aula de reforço”, enquanto esses profissionais

deveriam estar exclusivamente colaborando para o desenvolvimento linguístico e cognitivo desses alunos, criando estratégias de aprendizado com os professores da sala aula regular e orientando como deve ser trabalhado o ensino com esses alunos, como regulamenta o decreto 7.611/2011, que destaca o papel do AEE em seu art. 3º:

- I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoios especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011).

É relevante a definição e compreensão dos professores sobre os papéis de cada um, tanto o que atua na sala de aula regular quanto o que atua no AEE. “O papel da educação especial, na perspectiva inclusiva, é, pois, muito importante e não pode ser negado, mas dentro dos limites de suas atribuições, sem que sejam extrapolados seus espaços de atuação específica.” (MANTOAN, 2004, p. 43)

Outra questão apresentada aos professores foi “qual a relação dos alunos surdos com a disciplina de História através da inclusão?”. Percebemos pelas observações e pelas respostas dos docentes que os surdos estudavam em turmas que, geralmente, ultrapassavam o limite de alunos. Por ter pessoas com NEE matriculadas na turma, sendo que eram de 3 (três) a 4 (quatro) alunos surdos por sala, deveria haver redução da quantidade de alunos regulares, conforme a Instrução Normativa nº 10, de 9 de novembro de 2018. Por diversas, vezes os surdos ficavam conversando entre si ou até mesmo dormindo, como presenciamos em alguns casos. Poucos professores pareciam se preocupar em mostrar algumas imagens do livro para os alunos. Porém, aparentemente, existia uma barreira comunicacional entre eles que impedia que os surdos associassem as imagens com aquilo que estava escrito no texto em língua portuguesa. Isso não significa que o surdo não saiba o conceito daquela palavra, pois na maioria das vezes o surdo desconhece certa palavra escrita em português, mas domina perfeitamente o seu conceito. O que falta é a introdução de metodologias e de didáticas de ensino de História (YOKOYAMA, 2005, p. 2), que estimulem o cognitivo desse aluno por meio de uma experiência visual-motora, em que o contato através do toque e do olhar possa

facilitar que o surdo faça a associação do conceito com aquilo que está escrito na língua portuguesa.

O que ficou muito evidente durante as observações é que os alunos ouvintes amigos dos surdos buscavam, na medida do possível, ajudar seus amigos surdos em pequenas “traduções” do assunto da aula ou com algum trabalho em grupo. Os próprios surdos ensinaram alguns sinais em Libras para esses colegas que passaram espontaneamente a assumir um papel que não deveriam assumir, o de “intérpretes” dos colegas. Observamos, até mesmo, alguns professores pedindo para que esses alunos ouvintes “interpretassem” algumas atividades da aula para os surdos, o que pode causar uma série de complicações na educação de ambos os alunos.

Todos os professores de história que se participaram dessa pesquisa responderam no questionário que o desconhecimento da Libras e a ausência do profissional TILS na sala de aula, atrapalham muito na transposição das informações e na relação professor/aluno. Essa barreira comunicacional, segundo os professores, se aplica também na realização de trabalhos em grupos, em que os surdos não conseguem se comunicar com os colegas ouvintes e vice-versa. A maioria dos professores de História também respondeu que não teve, na trajetória acadêmica, contato com informações sobre a surdez e os surdos, e que apenas participaram de forma muito superficial de formações continuadas voltadas à educação especial, quase sempre na Semana Pedagógica da própria escola.

Entendemos que esses professores de História não têm uma formação aprofundada em Libras, uma vez que a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos e formação de profissionais para o exercício do magistério ocorreu apenas em 2005 com o decreto 5.626, e ainda com prazo de 10 anos após a publicação da lei para que as instituições de ensino superior adotassem essa prática. No entanto, o que defendemos é que seria de extrema importância que conhecessem pelo menos os sinais básicos da língua, para que a barreira linguística fosse quebrada e os alunos pudessem ter o mínimo de acesso aos conteúdos curriculares. Porém, o que percebemos, infelizmente, durante a pesquisa é que não há indícios dessa preocupação entre esses profissionais, por diversos fatores, e que seus planos de aula são direcionados pensando em um público na maioria ouvintes. Os surdos parecem não entender grande parte do conteúdo que é apresentado através da oralidade. Sua língua não é uma prioridade nesse processo de compreensão do conhecimento histórico, fazendo com que o ensino bilíngue de História não se concretize.

Quando foi direcionado o questionamento aos professores de História sobre a relação deles com o AEE, 1 (um) docente respondeu que não recorre ao AEE para discutir estratégias pedagógicas voltadas para o ensino de História para os surdos e ainda relatou que precisa de uma maior interação entre a sala de aula regular e o AEE. Os outros 2 (dois) professores responderam que recorrem ao AEE para interpretar textos e para diálogos na busca de encontrar uma melhor maneira de “ajudar” os surdos. Esses 2 (dois) professores também disseram que encaram o AEE como importantíssimo para o suporte do professor e do aluno.

Enquanto realizamos as observações na escola, percebemos que esse contato do professor de História com os profissionais que atuam no AEE não ocorre de maneira satisfatória. Raramente foi observado um professor de História solicitando orientação ao professor do AEE sobre como montar uma avaliação mais compreensível ao surdo ou algum suporte na tradução de um texto. Essa parceria deveria estar mais evidente, já que não havia o profissional TILS na sala de aula regular para intermediar a comunicação. Se assim fosse feito, muitas mudanças de hábitos apareceriam por meio das orientações do AEE para com o professor de História.

### **PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SUA RELAÇÃO COM OS PROFESSORES DE HISTÓRIA NA PERSPECTIVA DO ENSINO BILÍNGUE**

Na escola pesquisada, em relação aos professores de História notamos, em alguns casos, que a responsabilidade pela inclusão e sucesso do aluno surdo é extremamente atribuída aos profissionais que atuam no AEE, o que acaba por desviar essa responsabilidade de suas funções. O papel do AEE em conjunto com os professores da sala regular de ensino se mostra de fundamental importância no planejamento e no estabelecimento estratégias de ensino voltadas para a diferença linguística e cultural dos surdos, levando em consideração as especificidades de cada aluno, para que, por meio do ensino de bilíngue de história, esse público da educação especial possa reconhecer seu papel como sujeito histórico.

Um ponto positivo que podemos ressaltar é a existência de um projeto denominado de “Minutos em Libras” que é desenvolvido pelos profissionais do AEE em conjunto com o corpo docente da escola. O projeto funciona da seguinte forma: cada professor durante a semana separa cerca de 10 minutos de sua aula para que os profissionais do AEE possam ensinar sinais básicos de Libras para as turmas, existindo

ou não surdos naquela turma. Esse projeto é importante para a difusão da Libras entre os alunos ouvintes, pois estimula a comunicação com os amigos surdos na escola. No entanto, durante a realização dessa pesquisa não presenciamos a realização do projeto, pois ele estava passando por “ajustes”, segundo a direção, o que resultou em uma breve suspensão das atividades.

Percebemos um grande esforço dos profissionais do AEE para tentar dar o apoio necessário para os alunos surdos quanto aos trabalhos relacionados à disciplina de História. Percebemos, em vários momentos, alunos surdos com seus livros didáticos de história dentro da sala do AEE para que pudessem estudar os assuntos da sala regular, só que em sua primeira língua, a Libras. De fato, os professores do AEE explicavam os conteúdos para os alunos em Libras e era nesse momento que esses alunos conseguiam relacionar o conteúdo com aquilo que apenas copiaram do quadro ou que assistiram em um filme sem acessibilidade na sala de aula regular.

Muito embora saibamos que esse compromisso com o ensino de História deva ser responsabilidade dos próprios professores de História, como não há estratégias de ensino que busquem atender a essa demanda, os alunos acabam por criar essa dependência do AEE e contar com ajuda dos colegas em sala de aula. Com isso, acabam por ter esse ensino de História impossibilitado dentro desse processo e isso resulta no grande desinteresse pela disciplina. Como uma própria professora de História relatou em um dos momentos de observação: “Não temos muito o que fazer, por conta do problema com a comunicação acabamos sendo forçados a ‘empurrar’ esses alunos de série em série.”

*O Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* descreve essa responsabilidade com a educação dos alunos com NEE, definindo que:

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento completa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (MEC/SEESP-PNEEPEI, 2008, p.16).

Nessa perspectiva, os professores do AEE, em resposta às perguntas do questionário que lhes foi aplicado, mostraram-se cientes de seu papel como orientadores

dos professores da sala regular, no intuito de planejar estratégias de ensino de História e metodologias de avaliação com vistas à interação e à participação dos alunos surdos na sala onde estavam incluídos. Um dos profissionais que atua no AEE comentou que “Os alunos surdos gostam da disciplina, eles participam das atividades proposta pelo professor a partir das adequações implementadas juntamente com o apoio da sala de recursos multifuncional.” (Entrevista realizada em 20/09/2018).

No entanto, foram raras as vezes que presenciamos participação dos alunos nas aulas de História, e essas poucas vezes foram trabalhos de grupo ou seminários em que os alunos eram incluídos nos grupos e recebiam o auxílio dos próprios amigos, assim como também pouco observamos alguma interação desses professores com a sala do AEE para fazer adequações dessas atividades.

O que observamos foi a grande sobrecarga de trabalho que recai sobre os professores do AEE que, além dos alunos surdos, precisam atender também os alunos com Transtornos do Espectro Autistas, Transtornos Globais do Desenvolvimento, alunos com Altas Habilidades e Superdotação, alunos Deficientes Visuais e com múltiplas deficiências. Por essa razão, presenciamos a sala do AEE extremamente lotada de alunos com NEE e somente 2 (dois) professores atuando naquele horário. Eles se revezavam nos atendimentos, atendimentos estes que eram feitos muito rapidamente, o que acaba se efetuando de forma muito superficial, tendo em vista que os alunos eram de diferentes turmas e tinham atividades diferenciadas.

Os professores do AEE relataram ainda no questionário que falta muito para que as políticas públicas de inclusão aconteçam nessa escola, pois não contavam com os serviços do profissional TILS em sala de aula, tornando o aluno surdo “refém” do AEE, e ainda relacionaram essa situação à falta de fiscalização por parte dos órgãos competentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das explanações acerca da pesquisa realizada na escola Álvaro Adolfo da Silveira sobre o ensino de História para alunos surdos na sala regular, percebemos diversos fatores que apontam para uma disparidade entre a legislação (no que tange à educação inclusiva) e as metodologias utilizadas no ensino médio no ensino de História para alunos surdos. Estendemos que está acontecendo uma confusão nos papéis entre os profissionais envolvidos nessa pesquisa, por falta de informação e formação na área.

Percebemos também, o quão urgente é a necessidade desses professores de História em terem acesso a uma formação continuada na área da educação especial, para que possam enxergar as diferenças dos seus alunos surdos e, assim, aprenderem a se comunicar por meio da Libras, além de estabelecerem cada vez mais relações de parceria profissional com os educadores do AEE. No entanto, sabemos que esses profissionais também enfrentam problemas para participar em formações, como a falta de tempo ou a indisponibilidade de se ausentar do serviço pela ausência de profissionais substitutos.

Se medidas forem adotadas para ofertar formação e condições de trabalho para os professores, será possível cumprir com as perspectivas legais e assim teremos bases para que a inclusão, de fato, possa existir. Precisamos investigar como as escolas públicas de ensino regular estão se organizado em torno das diferenças individuais e como desenvolveram outras alternativas para que não se crie uma falsa imagem de igualdade, pois através da inclusão podemos criar um ambiente escolar igualitário e de apoio mútuo, respeitando as diferenças do outro (STAINBACK, 1999, p. 409).

Tendo em vista os aspectos observados, podemos ressaltar a importância desta pesquisa, pois, a partir dela podemos dar outros significados aos sujeitos surdos, principalmente através das práticas e metodologias do ensino de História através do ensino bilíngue na perspectiva da educação inclusiva. Assim, esperamos contribuir para que haja equidade nesse processo de ensino-aprendizagem, no sentido do respeito às diferenças dos sujeitos surdos, apoiado em tudo o que está previsto na legislação atual. Precisamos reforçar os movimentos e os espaços de questionamentos que envolvem a educação de surdos no Brasil e na região oeste do Pará, para que o direito à educação pública aconteça em equilíbrio com a educação inclusiva.

## REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BRASIL. **Decreto 7.611**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. 17 de novembro de 2011. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)>. Acesso em: 21 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/96150/decreto-5626-05> Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em 04 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais. DF, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm). Acesso em 15 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015.** É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 21 out. 2018.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Portaria Ministerial nº 948/2007. Brasília, 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em 21 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96> Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – Lei Nº 13.005/2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 15 mar. 2019.

COSTA, Marisa Vorraber. Uma agenda para jovens pesquisadores. In: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.) **Caminhos investigativos I: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação.** 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p. 139-153.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982).** Tradução. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.

LACERDA, Cristina Broguia Feitosa de. et al;. Estratégias Metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução a Libras e educação de surdos.** São Carlos: EDUSFSCar, 2014.

LOPES, Maura Corcini. FABRIS, Eli Terezinha Henn. **Inclusão & Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LOPES, Maura Corcini. **Inclusão escolar: desarrumando a casa.** Jornal NH. Suplemento NH na Escola, Novo Hamburgo, 2005.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista de Estudos Jurídicos**, Brasília, n. 26, jul./set.,2004.

NASCIMENTO, Grazielly Vilhalva Silva do; SANTOS, Reinaldo dos. **Educação Inclusão e TICS: legendas e janela de Libras como recurso para inclusão da pessoa surda e da pessoa com deficiência auditiva**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

PARÁ. **Instrução Normativa Nº 10**, de 09 de Novembro de 2018. Regulamenta os procedimentos para cadastro de oferta de vagas, matrícula de alunos [...].

PERLIN, Gladis. **História dos surdos**. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2002.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Edição Especial n. 2/2014, p. 17-31.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica**. Fundamentos e paradigmas. (Com a contribuição de Ingetraud Rüsen) Curitiba: W&A Editores, 2012.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus. 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n.67, p.297-308, set./dez. 2005.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. História, leitura e escrita no ensino médio. In: PEREIRA, Nilton M. et al. **Ler e escrever: compromisso no ensino médio**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.v. 1, p. 165-178.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos. **Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. 4.ed. Porto Alegre: Editora Meditação, 2005.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes, - Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares... In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 23-38.

VERRI, Célia Regina; ALEGRO, Regina Célia. Anotações sobre o processo de ensino e aprendizagem de história para alunos surdos. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista, n. 2, p. 7-114, 2006.

YOKOYAMA, Lia Cazumi. Reflexões sobre o ensino de história para alunos surdos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz**. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

**Submetido em:** 29/01/2019.

**Aceito em:** 17/03/2019.

**Publicado em:** 17/03/2019.

#### **Como referenciar este artigo:**

FONSECA, André Dionei; CALIXTO, Hector Renan da Silveira; BAIA, Lino Arlem Azevedo. A História em silêncio: o ensino de História para alunos surdos em Santarém-PA. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 7, n. 17, p. 257-282, jan./dez., 2020. DOI: <http://doi.org/10.26568/2359-2087.2020.4886>. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/issue/archive>. e-ISSN: 2359-2087.